

CONTABILIDADE GERAL

01- A Nossa empresa fecha o exercício social e faz balanços a cada 31 de agosto. Em 31 de agosto de 2000, o balancete elaborado com vistas à realização de ajustes ao resultado do exercício apresentou a conta "Aluguéis Passivos a Vencer" com saldo remanescente de R\$ 36.000,00, relativo ao contrato de aluguel do Depósito Geral celebrado no montante de R\$ 135.000,00 para o período de 01/10/98 a 31/03/01.

A fim de atender ao Princípio Contábil da Competência dos Exercícios, o contador da empresa deverá fazer a seguinte partida de diário:

- a) Aluguéis Passivos
 - a Aluguéis Passivos a Vencer R\$ 4.500,00
- b) Aluguéis Passivos a Vencer
 - a Aluguéis Passivos R\$ 4.500,00
- c) Aluguéis Passivos
 - a Aluguéis Passivos a Vencer R\$ 22.500,00
- d) Aluguéis Passivos a Vencer
 - a Aluguéis Passivos R\$ 22.500,00
- e) Aluguéis Passivos
 - a Aluguéis Passivos a Vencer R\$ 31.500,00

02- De acordo com a legislação vigente sobre classificação contábil, os empréstimos tomados de empresas coligadas ou controladas, com vencimento para 120 dias, devem ser classificados no Grupo Patrimonial

- a) Ativo Circulante
- b) Passivo Circulante
- c) Ativo Realizável a Longo Prazo
- d) Passivo Exigível a Longo Prazo
- e) Ativo Permanente - Investimentos

03- A Azienda é uma microempresa do ramo comercial. Suas contas, exceto a conta Lucros (ou Prejuízos) Acumulados, apresentam os seguintes saldos:

Capital	R\$ 800,00
Empréstimos Bancários	R\$ 2.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 120,00
Impostos e Taxas	R\$ 150,00
Juros Ativos	R\$ 250,00
Mercadorias	R\$ 1.200,00
Caixa	R\$ 800,00
Salários e Ordenados	R\$ 320,00
Receita de Vendas	R\$ 950,00
Custo das Vendas	R\$ 900,00

Por ocasião do encerramento do exercício, contabilizando-se os resultados sem nenhuma tributação ou distribuição, poderemos confirmar quatro das assertivas abaixo. Assinale a única que não está correta.

- a) Capital Alheio: valor de R\$ 2.120,00
- b) Capital Próprio: valor de R\$ 800,00
- c) Passivo a Descoberto: valor de R\$ 120,00
- d) Prejuízos Acumulados: valor de R\$ 920,00
- e) Prejuízo do Exercício: valor de R\$ 170,00

04- O fato contábil decorrente da quitação ou liquidação de um crédito de curto prazo causa no patrimônio o seguinte efeito:

- a) diminuição do ativo disponível e do passivo circulante
- b) aumento do ativo disponível e do passivo circulante
- c) diminuição e aumento no passivo circulante, simultaneamente
- d) diminuição e aumento no ativo circulante, simultaneamente
- e) não haverá alterações, pois o fato é permutativo

05- A empresa Carente S/A recebeu aviso do Banco da Casa, comunicando o recebimento de uma duplicata com ele descontada anteriormente.

O Contador, acertadamente, promoveu o seguinte lançamento:

- a) Bancos c/Movimento
a Duplicatas a Receber
- b) Duplicatas a Receber
a Bancos c/Movimento
- c) Títulos Descontados
a Duplicatas a Receber
- d) Duplicatas a Receber
a Títulos Descontados
- e) Títulos Descontados
a Bancos c/Movimento

06- Abaixo estão listados cinco conjuntos de contas. Um deles contém apenas contas representativas de receitas que não transitam pela Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Assinale essa opção.

- a) Reservas de Capital, Variações Cambiais Ativas, Ganhos em Participações Societárias.
- b) Lucro na Venda de Ativos, Doações para Investimentos, Vendas Canceladas.
- c) Receita Não-Operacional, Impostos Sobre Vendas, Reservas de Capital.
- d) Ganhos em Participações Societárias, Ganhos de Capital, Reversão de Provisões.
- e) Ágio na Emissão de Ações, Doações e Subvenções para Investimentos, Alienação de Partes Beneficiárias.

07- Folheando o Plano de Contas utilizado na Empresa Berilo S/A, destacamos os seguintes títulos, pendentes de classificação:

Título das contas

- 01 – Ações de Coligadas
- 02 – Ações em Tesouraria
- 03 – Bancos c/Movimento
- 04 – Capital a Integralizar
- 05 – Capital Social
- 06 – Clientes
- 07 – Despesas Antecipadas
- 08 – Duplicatas a Pagar
- 09 – Duplicatas Descontadas
- 10 – Empréstimos Bancários
- 11 – Mercadorias em Estoque
- 12 – Receitas Antecipadas
- 13 – Venda de Mercadorias

Analisando os títulos acima, indique, entre as opções abaixo, aquela que contém a informação classificatória verdadeira.

- a) Todas as contas acima são patrimoniais e devem figurar no Balanço Patrimonial.
- b) Sete das contas acima apresentam saldos devedores e seis apresentam saldos credores.
- c) Das contas acima, três são integrais credoras, três são de resultado e duas são retificadoras.
- d) A relação acima contém três contas de resultado, cinco contas de saldos devedores e cinco contas de saldos credores.
- e) A relação acima contém três contas retificadoras, duas contas de passivo e uma conta de resultado.

08- O chapeleiro Sr. Francisco de Paula, fabricante dos chapéus Frapa, está planejando uma promoção de vendas em que possa oferecer a todos os clientes um desconto-padrão de 20%, mas precisa obter uma margem bruta sobre vendas também de 20%. Sabendo-se que o custo unitário dos chapéus é R\$ 80,00, qual será o preço bruto a ser marcado para cada unidade?

- a) R\$ 112,00
- b) R\$ 115,20
- c) R\$ 120,00
- d) R\$ 125,00
- e) R\$ 133,20

09- Considere uma empresa comercial que tenha adquirido, a prazo, 600 unidades de certo objeto ao custo unitário de R\$ 30,00, pagando frete de R\$ 0,50 por unidade. Em seguida, tenha vendido metade dessas aquisições, emitindo nota fiscal no valor de R\$ 12.000,00 com entrega em domicílio, pagando frete total de R\$ 320,00.

Sabendo-se que não havia estoques iniciais, que o frete está isento de tributação, mas que as compras e vendas foram tributadas com ICMS à alíquota de 17%, assinale a opção que indica corretamente o lucro bruto alcançado na operação.

- a) R\$ 3.490,00
- b) R\$ 2.365,00
- c) R\$ 2.340,00
- d) R\$ 2.170,00
- e) R\$ 2.020,00

10- Em novembro passado a folha de pagamento da empresa Rubi Vermelho Ltda. discriminava:

Salários e Ordenados	R\$ 120.000,00
Horas extras trabalhadas	R\$ 8.000,00
INSS patronal a 22%	
INSS do segurado a 11%	
FGTS do segurado a 8%	

No mês de dezembro não foi computado nenhum reajuste salarial e a jornada de trabalho foi absolutamente igual ao mês anterior. Esta folha está dividida de tal modo que não há imposto de renda recolhido na fonte.

Exclusivamente a partir desses dados, considerando que a empresa acima encerra o exercício em 31 de dezembro, podemos afirmar que esta folha de pagamento ocasionou para a empresa em questão uma despesa total de

- a) R\$ 180.480,00
- b) R\$ 166.400,00
- c) R\$ 156.160,00
- d) R\$ 152.320,00
- e) R\$ 149.920,00

11- As contas e saldos listados a seguir foram extraídos, entre outras contas, do Livro Razão da Cia. Comercindústria, no último dia do exercício social:

Contas (em ordem alfabética)	saldos(R\$)
Ações de Coligadas	100,00
Aluguéis a Pagar	150,00
Aluguéis a Receber	200,00
Caixa	250,00
Capital a Integralizar	300,00
Capital Social	950,00
Clientes	900,00
Duplicatas Aceitas	850,00
Duplicatas Emitidas	800,00
Fornecedores	750,00
Juros Ativos	700,00
Juros Passivos	650,00
Máquinas e Equipamentos	600,00
Materiais	550,00
Mercadorias	500,00
Notas Promissórias Aceitas	450,00
Notas Promissórias Emitidas	400,00
Receitas a Receber	350,00
Receitas a Vencer	300,00

Considerando, exclusivamente, as contas acima listadas, podemos verificar que os saldos devedores e os créditos da empresa estão nelas evidenciados, respectivamente, pelos valores de:

- a) R\$ 5.650,00 e R\$ 4.100,00
- b) R\$ 2.700,00 e R\$ 3.800,00
- c) R\$ 2.900,00 e R\$ 4.200,00
- d) R\$ 5.300,00 e R\$ 4.450,00
- e) R\$ 5.650,00 e R\$ 3.000,00

12- A empresa MIP Comercial utiliza o Método do Inventário Periódico, com avaliação pelo critério PEPS, para controlar os seus estoques. Durante o exercício de 2000, entretanto, houve um roubo de mercadorias que só foi descoberto em março de 2001 com a confissão do culpado.

No exercício de 2000 o “custo das mercadorias roubadas” foi incluído, despercebidamente,

- a) no estoque inicial de mercadorias
- b) nas compras de mercadorias
- c) nas vendas de mercadorias
- d) no estoque final de mercadorias
- e) no custo das mercadorias vendidas

13- A empresa Alfa encerra seu balanço em 31 de dezembro de cada ano. No dia 10 de janeiro de 2001 adquiriu da empresa Beta uma máquina industrial usada, cuja vida útil remanescente foi estimada em 5 anos.

Sabe-se que a empresa Beta adquiriu este equipamento para instalação em seu parque industrial em 01 de janeiro de 1998. O valor pelo qual a empresa Alfa adquiriu a máquina foi de R\$ 750,00. Seu valor residual é de R\$ 50,00.

Com estas considerações, podemos afirmar que o valor da depreciação anual a ser contabilizada em 31 de dezembro de 2001, pelo método da linha reta será de

- a) R\$ 140,00
- b) R\$ 150,00
- c) R\$ 280,00
- d) R\$ 300,00
- e) R\$ 700,00

14- A Sapataria Pollíssola, no fim do exercício, inventariou seu estoque de mercadorias para fins de balanço, tendo apurado a seguinte situação a preço de custo e de mercado:

Descrição	quantidade	preço/custo	preço/mercado
Sapato Polar	100 pares	R\$ 45,00/par	R\$ 40,00/par
Sandália Pescador	200 pares	R\$ 22,00/par	R\$ 25,00/par
Solado borracha	006 dúzias	R\$ 11,00 / unidade	R\$ 12,00 / unidade
Fivela metálica	001 grossa	R\$ 2,50 / unidade	R\$ 2,00 / unidade

Para obedecer aos critérios de avaliação patrimonial e tendo em vista o Princípio Contábil da Prudência, a Sapataria deve adotar uma das opções abaixo. Assinale-a.

- a) Não deve fazer provisões, pois o preço de mercado está maior que o de custo.
- b) Deve fazer uma provisão de R\$ 100,00, que é a diferença entre preço de custo e de mercado.
- c) Deve dar baixa no estoque de sapatos e de fivelas, pela diferença a maior no preço de custo.
- d) Deve fazer uma provisão no valor de R\$ 672,00 para ajustar o preço de custo ao de mercado.
- e) Deve fazer uma provisão no valor de R\$ 572,00 para ajustar o preço de custo ao de mercado.

15- A Firma ComServiçal Limitada, no exercício de 2000, apurou resultados baseados nas seguintes informações:

Serviços prestados a vista	R\$ 12.000,00
Serviços prestados a prazo	R\$ 18.000,00
Materiais estocados no fim do período:	
para uso nos serviços oferecidos	R\$ 1.400,00
para revenda direta "in natura"	R\$ 7.000,00
Compras a vista:	
Materiais para uso nos serviços	R\$ 4.000,00
Materiais para revenda direta	R\$ 5.000,00
Compras a prazo:	
Materiais para uso nos serviços	R\$ 6.000,00
Materiais para revenda direta	R\$ 5.000,00
Estoques iniciais inexistentes em ambos os tipos de materiais:	
Mão-de-obra direta do serviço	R\$ 6.200,00
Mão-de-obra do restante da atividade	R\$ 2.700,00
Despesas de Juros e Multas	R\$ 1.000,00
Cofins e PIS/Faturamento: 4%	
ICMS e ISS: alíquota zero	
Lucro Operacional Bruto da atividade de revenda de materiais:	
	R\$ 6.500,00

A contabilização correta desses valores vai demonstrar, no referido exercício, a existência de:

- a) custo das mercadorias vendidas no valor de R\$ 3.260,00
- b) custo dos serviços prestados no valor de R\$ 20.200,00
- c) custo total (de mercadorias e serviços) no valor de R\$ 21.500,00
- d) lucro bruto na atividade serviços no valor de R\$ 14.000,00
- e) lucro líquido no valor de R\$ 16.540,00

16- No mês de outubro de 2000 a empresa “M” apurou um lucro operacional bruto de R\$ 3.000,00 nas operações de compra e venda de sua mercadoria “Beta”, cuja tributação de ICMS é feita à alíquota de 17%.

O cálculo desse lucro considerou a contabilização de Receita Bruta de Vendas no valor de R\$ 10.000,00 e de Compras de Mercadorias no valor de R\$ 7.000,00.

O Custo das Mercadorias Vendidas foi equivalente a 50% do preço bruto de venda e a contribuição para o COFINS foi de 3%. Não haverá PIS/Faturamento.

Após a contabilização dos fatos geradores do resultado acima listado, ocorreu a devolução de 20% das compras e de 10% das vendas do período.

A efetivação dos ajustes contábeis provocados pelas devoluções mencionadas vai evidenciar para o lucro operacional bruto o valor correto de:

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 2.250,00
- c) R\$ 2.700,00
- d) R\$ 3.000,00
- e) R\$ 3.200,00

17- Na apuração do resultado do exercício de 2000 a empresa Deltafon alcançou um lucro líquido final de R\$ 15.000,00, tendo computado vendas para recebimento a longo prazo de R\$ 6.500,00, receitas de participação acionária de R\$ 2.800,00 e custos nas vendas a longo prazo de R\$ 4.500,00.

No mesmo exercício houve perdas de R\$ 900,00 em participação acionária e a formação das seguintes reservas:

Reserva Legal no valor de R\$ 600,00

Reserva para Contingência no valor de R\$ 700,00

Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 1.000,00

Reserva para Aumento do Capital no valor de R\$ 800,00

Considerando exclusivamente essas informações, podemos dizer que no aludido exercício foi apurado o valor de

- a) R\$ 4.800,00 como lucros a realizar
- b) R\$ 3.900,00 como lucros a realizar
- c) R\$ 1.800,00 como limite máximo para reserva de lucros a realizar

d) R\$ 1.700,00 como limite máximo para reserva de lucros a realizar

e) R\$ 800,00 como limite máximo para reserva de lucros a realizar

Rascunho

18- O Contador da Empresa Comércio Com S/A já havia contabilizado as operações de encerramento do exercício de 2000, inclusive a provisão para pagamento do imposto de renda, quando se apercebeu de que não havia calculado as participações estatutárias de empregados e de diretores, previstas nos Estatutos à alíquota de 10%, para cada tipo.

A provisão para o imposto de renda fora calculada à alíquota de 25% do lucro real, tendo o lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 27.000,00, sido creditado na conta Lucros (ou Prejuízos) Acumulados.

Após sanar a falha anterior, contabilizando as participações estatutárias corretamente e recalculando o imposto, a provisão para o imposto de renda deverá ir a balanço com o novo valor de:

- a) R\$ 6.075,00
- b) R\$ 7.650,00
- c) R\$ 7.717,50
- d) R\$ 8.325,00
- e) R\$ 8.730,00

19- Assinale a opção correta. Pelas disposições da Lei 6.404/76 sobre Demonstrações Financeiras, podemos perceber que:

- a) a Demonstração do Resultado do Exercício deve apresentar, expresso em reais, o valor do rédito auferido para cada uma das ações do capital social.
- b) a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, quando devidamente elaborada, substitui a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- c) o Balanço Patrimonial deve apresentar, quando ocorrer, o Passivo a Descoberto como dedução do Patrimônio Líquido.
- d) a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresenta, discriminadamente, todas as origens e respectivas aplicações de recursos feitas durante o exercício no patrimônio da entidade econômico-administrativa.
- e) as demonstrações financeiras de empresas do mesmo ramo podem ser consolidadas, desde que uma participe do capital social da outra.

20- A Cia. RentaLucra apresentou a seguinte composição em seu balanço encerrado em 31 de dezembro do ano 2000:

Componentes	saldo(R\$) em 31.12.00
Bens Numerários	3.000,00
Duplicatas a Receber	9.000,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	2.700,00
Empréstimos a Coligadas	1.500,00
Despesas Antecipadas	1.050,00
Estoques	14.100,00
Ações de Coligadas	5.295,00
Imobilizado	7.050,00
Duplicatas Descontadas	3.000,00
Empréstimos Bancários (LP)	3.000,00
Dividendos a Pagar	2.325,00
Contas a Pagar	5.700,00
Provisão p/Imposto de Renda	3.150,00
Capital Social	7.815,00
Reservas de Lucros	2.850,00
Reservas de Capital	9.480,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados	975,00

Observações:

1 – Sabe-se que no Grupo Patrimônio Líquido, em 01/01/2000, existiam os seguintes saldos:

Capital Social R\$ 7.815,00
Reservas de Capital R\$ 9.480,00
Prejuízos Acumulados R\$ 5.400,00

2 – Os dividendos a pagar são todos oriundos da destinação do resultado obtido em 31 de dezembro de 2000.

Baseados nos dados e informações acima, podemos afirmar que o Lucro Líquido antes do Imposto de Renda, apresentado na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) de 2000 dessa empresa, expressou o valor de

- a) R\$ 20.175,00
- b) R\$ 19.200,00
- c) R\$ 17.850,00
- d) R\$ 14.700,00
- e) R\$ 9.300,00

- 21- A natureza jurídica dos tributos é determinada pela(o)
- a) denominação adotada pela lei
 - b) compulsoriedade que lhe é inerente
 - c) fato gerador da respectiva obrigação
 - d) destinação legal do montante arrecadado
 - e) adoção estrita do princípio da legalidade
- 22- Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, a União pode instituir:
- a) imposto extraordinário
 - b) imposto seletivo
 - c) taxa especial
 - d) empréstimo compulsório
 - e) imposto emergencial progressivo
- 23- Em matéria tributária, é correto afirmar-se que:
- a) Somente a União pode instituir impostos com fundamento no exercício regular do poder de polícia.
 - b) Os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituir empréstimo compulsório.
 - c) A contribuição de melhoria é devida em função da prestação de serviços públicos divisíveis.
 - d) As taxas têm que ter bases de cálculo diferentes das dos impostos.
 - e) As contribuições sociais decorrem da realização de obras públicas que promovam a valorização imobiliária privada.
- 24- As receitas compulsórias, cuja arrecadação e utilização são conferidas, pelo Poder Público competente, a uma entidade paraestatal dotada de autonomia administrativa e financeira, são chamadas:
- a) Acessórias
 - b) Complementares
 - c) Extraordinárias
 - d) Extrafiscais
 - e) Parafiscais

25- A instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, inclui-se na competência impositiva

- a) dos Estados e do Distrito Federal
- b) da União
- c) da União, dos Estados e do Distrito Federal
- d) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- e) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

26- Em matéria tributária, é correta a afirmação de que:

- a) A União pode exigir ou aumentar tributo sem a respectiva lei autorizativa.
- b) A União pode conceder isenções de tributos da competência dos Estados.
- c) Aos Estados é permitido tributar a renda, o patrimônio e os serviços dos Municípios.
- d) Compete aos Estados e ao DF o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos.
- e) Os Estados não têm competência para a instituição de contribuições de melhoria.

27- É da competência dos Estados o seguinte imposto:

- a) sobre a propriedade de veículos automotores
- b) sobre a importação de produtos estrangeiros
- c) sobre serviços de qualquer natureza
- d) sobre a propriedade territorial urbana
- e) sobre produtos industrializados

28- Dos impostos arrecadados pelos Estados, pertencem aos Municípios:

- a) Cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.
- b) Cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, licenciados no território municipal.
- c) Cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR.
- d) Cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza - IR.
- e) Cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos - ITDB.

29- Na defesa de seus interesses econômicos, os Estados podem:

- a) Estabelecer limitações ao tráfego de bens, por meio de tributos intermunicipais.
- b) Estabelecer diferença tributária entre bens, em razão de sua procedência.
- c) Dar caráter de seletividade, em função da essencialidade das mercadorias, a imposto de sua competência.
- d) Em caso de calamidade pública, instituir imposto novo, temporário, destinando cinquenta por cento (50%) da arrecadação aos Municípios.
- e) Conceder isenção geral dos impostos estaduais e municipais, mediante lei complementar.

30- Compete ao Senado Federal, mediante Resolução, aprovada pela maioria absoluta de seus membros:

- a) Fixar as alíquotas máxima e mínima dos impostos sobre a importação e a exportação.
- b) Estabelecer as alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços - ICMS, aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- c) Autorizar os Estados a darem caráter de não-cumulatividade ao imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos.

- d) Autorizar a União a estabelecer impostos extraordinários, por motivo de guerra.
- e) Fixar as alíquotas e a base de cálculo do imposto territorial rural.
- 31- Com referência à instituição de empréstimos compulsórios, assinale abaixo a assertiva correta.
- a) O empréstimo compulsório não é uma espécie de tributo, não estando sujeito à exigência de prévia autorização orçamentária.
- b) A União pode instituí-lo por meio de lei ordinária federal.
- c) Cabe à lei complementar definir as hipóteses excepcionais para sua instituição.
- d) Aos empréstimos compulsórios aplicam-se as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de Direito Tributário.
- e) A competência para instituir empréstimos compulsórios é da União, podendo ser excepcionalmente atribuída ao Distrito Federal.
- 32- Com base no disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, pode-se afirmar que:
- a) Compete tanto à União quanto aos Estados, DF e Municípios a instituição de taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- b) Somente a União e os Estados podem instituir contribuições de melhoria.
- c) As contribuições especiais, com fins econômicos ou sociais, são privativas dos Estados e DF.
- d) A União pode transferir aos Estados o exercício regular de sua competência tributária.
- e) A cumulatividade e a seletividade são características essenciais do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- 33- Indique qual dos tributos abaixo deve ter a característica de não-cumulatividade, podendo ser seletivo em função de critério de essencialidade.
- a) Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos
- b) Taxa de limpeza urbana
- c) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte e comunicação - ICMS
- d) Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS
- e) Imposto sobre operações financeiras - IOF
- 34- Os tratados e as convenções internacionais que disponham sobre matéria tributária
- a) submetem-se à legislação tributária interna
- b) revogam ou modificam a legislação tributária interna, mas não serão observados pela que lhes sobrevenha
- c) não têm eficácia se contrários à legislação tributária interna
- d) terão suas cláusulas modificadas para serem aplicadas no Brasil, adaptando-se à legislação interna
- e) modificam ou revogam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha
- 35- Os convênios sobre matéria tributária, incluídos entre as normas complementares da legislação tributária, têm como regra de vigência temporal o seguinte:
- a) entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação
- b) entram em vigor trinta dias após a data de sua publicação
- c) entram em vigor na data neles prevista
- d) entram em vigor na data de sua publicação
- e) entram em vigor trinta dias após sua homologação pela Assembléia Legislativa
- 36- A legislação tributária que disponha sobre exclusão do crédito tributário deve ser interpretada:
- a) logicamente
- b) analogicamente
- c) sistematicamente
- d) literalmente
- e) teleologicamente
- 37- Uma das formas de integração da norma jurídica, como etapa final do procedimento de interpretação legal, que visa a preencher lacuna da lei a ser aplicada a caso concreto de natureza tributária, consistente na aplicação de disposição legal relativa a um caso semelhante, é:
- a) Analogia
- b) Anatocismo
- c) Equidade
- d) Remição
- e) Liberalidade

- 38- Em tema de competência legislativa sobre matéria de Direito Tributário, é correta a afirmação de que:
- Os Estados têm competência para legislar suplementarmente sobre normas gerais de Direito Tributário.
 - Mesmo na ausência de lei federal sobre normas gerais de Direito Tributário, é vedado aos Estados exercer essa competência legislativa.
 - A eficácia de lei estadual sobre normas gerais de Direito Tributário fica mantida ante a superveniência de lei federal da mesma natureza, mesmo no que lhe for contrário.
 - No âmbito da competência concorrente para legislar sobre Direito Tributário os Estados só podem legislar sobre normas gerais.
 - A legislação tributária dos Estados é aplicada nos respectivos Municípios, em virtude de estes não terem competência para legislar sobre Direito Tributário.
- 39- É sujeito passivo da obrigação tributária acessória:
- pessoa que tenha interesse comum na situação que constitua seu fato gerador
 - pessoa obrigada às prestações que constituam seu objeto
 - pessoa obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária
 - pessoa considerada responsável por disposição legal
 - pessoa obrigada ao pagamento do montante do tributo devido
- 40- O fato de o pagamento efetuado por um dos obrigados ao recolhimento de tributo devido aproveitar aos demais obrigados, na mesma relação jurídica tributária, caracteriza a:
- responsabilidade
 - convenção da obrigação principal
 - sujeição do sujeito passivo
 - incorporação tributária
 - solidariedade
- 41- Lançamento por homologação é aquele efetuado
- de ofício.
 - pelo contribuinte.
 - pela repartição fiscal.
 - pelo sujeito passivo, com prévio exame da autoridade fiscal.
 - por presunção, pelo agente fiscal.
- 42- A dilação de prazo para pagamento de tributo devido, cujo crédito tributário já se encontra com prazo vencido, é:
- Concordata
 - Transação
 - Moratória
 - Consignação
 - Prescrição
- 43- É sabido que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, por meio do lançamento, extingue-se em cinco anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Esse modo de extinção do crédito tributário é:
- Prescrição
 - Transação
 - Remissão
 - Compensação
 - Decadência
- 44- Entre as formas de exclusão do crédito tributário, pode ser mencionada a seguinte:
- concessão de medida liminar em mandado de segurança
 - depósito de seu montante integral
 - transação
 - isenção
 - decadência
- 45- Uma das espécies de exclusão do crédito tributário, que somente pode ser autorizada por lei e aplicável apenas às infrações cometidas pelo sujeito passivo anteriormente à vigência da lei que a concede, sendo, portanto, retroativa, é:
- Isenção
 - Remissão
 - Moratória
 - Imunidade
 - Anistia

- 46- Em face da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores, pode-se afirmar que as isenções tributárias, concedidas sob condição onerosa, podem ser livremente suprimidas?
- a) Somente em situações de calamidade pública.
 - b) Sim.
 - c) Não.
 - d) Somente a partir do exercício seguinte.
 - e) Dentro do mesmo exercício, com expressa autorização legal.
- 47- A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário:
- a) não altera a natureza do crédito tributário, nem da correspondente obrigação
 - b) afeta a obrigação tributária que lhe deu origem
 - c) modifica sua liquidez e certeza
 - d) vincula o lançamento da obrigação principal
 - e) impede a suspensão do crédito tributário
- 48- Assinale a assertiva correta, com referência à natureza da dívida ativa tributária.
- a) Goza da presunção de certeza, de forma absoluta.
 - b) Tem o efeito de prova pré-constituída.
 - c) Desfruta apenas da presunção de liquidez.
 - d) Goza da presunção de certeza e liquidez, que não pode ser ilidida por qualquer espécie de prova.
 - e) A liquidez do crédito tributário inscrito em dívida ativa fica excluída em decorrência da fluência de juros de mora.
- 49- Os comprovantes dos lançamentos tributários efetuados nos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal devem ser conservados
- a) até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
 - b) até que se extingam a imunidade e as isenções dos sujeitos passivos respectivos.
 - c) até que ocorra a decadência do direito de efetuar a constituição do crédito tributário correspondente.
 - d) até o fim do exercício financeiro em que podem ser cobrados os respectivos créditos.
 - e) pelo prazo relativo à inscrição do crédito na dívida ativa.
- 50- Com relação à certidão negativa de débito tributário perante a Fazenda Pública, pode-se afirmar que
- a) não é meio hábil para provar a quitação de tributos.
 - b) se expedida com fraude, implica responsabilidade funcional, mas exclui a responsabilidade criminal de quem a expediu.
 - c) o funcionário que a expedir com dolo, contendo erro contra a Fazenda Pública, é pessoalmente responsável pelo crédito tributário.
 - d) é sempre expedida de ofício (*ex-officio*), quando julgada necessária pela autoridade fiscal competente.
 - e) em nenhuma hipótese pode ser dispensada a sua apresentação como prova de quitação de tributos.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

- 51- A competência tributária do Estado do Mato Grosso do Sul não compreende:
- a) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias
 - b) imposto sobre a propriedade de veículos automotores
 - c) imposto sobre operações relativas a transporte urbano
 - d) imposto sobre operações relativas a serviços de comunicação
 - e) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas

52- Das assertivas abaixo, assinale a única que não corresponde ao momento em que incide o ICMS.

- a) Momento da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte para outro estabelecimento do mesmo titular.
- b) Momento do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior.
- c) Momento do encerramento da atividade do estabelecimento, quanto às mercadorias em estoque.
- d) Momento do final da prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza.
- e) Momento da transmissão, a terceiro, da propriedade de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, neste Estado.

53- Determinado estabelecimento contribuinte deu saída, para outro estabelecimento contribuinte situado em outro município no Estado do Mato Grosso do Sul, a produto tributado pelo ICMS, destinado à comercialização. A operação teve as seguintes características:

- a) Valor normal da mercadoria: R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais)
- b) Desconto incondicional concedido: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- c) Seguro debitado ao adquirente: R\$ 200,00 (duzentos reais)
- d) IPI: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)
- e) Frete destacado na nota fiscal e cobrado do adquirente: R\$ 200,00 (duzentos reais)
- f) Prazo para pagamento: 30 dias
- g) Desconto para pagamento antecipado: 5%

Sabendo-se que o pagamento foi efetuado dez dias antes do vencimento, assinale, entre as opções abaixo, a que corresponde à base de cálculo do ICMS.

- a) R\$ 10.700,00
- b) R\$ 10.150,00
- c) R\$ 9.900,00
- d) R\$ 10.650,00
- e) R\$ 10.400,00

54- Não está prevista como hipótese de arbitramento, pela autoridade fiscal, do valor das operações, para efeito de base de cálculo do ICMS:

- a) declaração, nos documentos fiscais, de valores diferentes dos do preço corrente das mercadorias.
- b) fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor real da operação.
- c) remessa de mercadorias desacompanhada de documentos fiscais.
- d) não-exibição dos elementos comprobatórios do valor das operações, em razão de sua destruição por incêndio, devidamente comprovado inclusive por laudo do Corpo de Bombeiros.
- e) não-exibição ao fisco dos elementos necessários à sua comprovação.

55- O contribuinte Mato Grosso Industrial Ltda., estabelecido em Campo Grande, começou a operar em janeiro de 2001, apresentando em sua escrituração os seguintes registros:

I) mês de janeiro de 2001:

- valor do ICMS incidente sobre as mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 10.000,00;
- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento: R\$100,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Brasília, para ser revendido: valor total das operações – R\$ 80.000,00.

II) mês de fevereiro de 2001:

- valor do imposto cobrado relativamente às mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 8.000,00;
- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento: R\$ 250,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para destinatário contribuinte do imposto localizado em Recife: valor total das operações – R\$ 50.000,00;
- vendas de produtos de fabricação própria para destinatário contribuinte do imposto localizado no Mato Grosso do Sul: R\$ 40.000,00;
- vendas de produtos de fabricação própria para destinatário não contribuinte do imposto localizado no Maranhão: R\$ 40.000,00.

Assinale a opção que indica corretamente o valor do ICMS a ser recolhido, relativo aos períodos de apuração de janeiro e de fevereiro de 2001.

- a) zero e R\$ 5.200,00
- b) zero e R\$ 10.850,00
- c) R\$ 3.500,00 e R\$ 3.850,00
- d) zero e R\$ 4.850,00
- e) R\$ 3.500,00 e R\$ 5.350,00

56- Assinale a única das proposições que não é verdadeira.

- a) Os Fiscais de Rendas que tiverem conhecimento de fatos caracterizados como crime contra a ordem tributária, conforme definido na Lei Federal nº 8.137/90, devem formalizar representação a ser encaminhada ao Ministério Público, com as informações sobre o fato e autoria, indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- b) Há previsão no Regulamento de ICMS para aplicação das seguintes alíquotas, conforme a hipótese de que se trate: 12%, 13%, 17%, 20% e 25%.
- c) No que se refere a operações relativas a construção civil, ICMS não incide sobre execução de obras por administração, sem fornecimento de material.
- d) As pessoas que realizam o comércio ambulante de mercadorias são obrigadas a se inscreverem no Cadastro de Contribuintes do Estado.
- e) Os estabelecimentos produtores rurais não estão obrigados a recolher o ICMS.

57- Tendo em vista a sistemática de apuração do imposto prevista no Regulamento do ICMS, assinale a opção correta.

- a) Para que seja observado o princípio da não-cumulatividade, compensa-se o que for devido em cada operação apenas com o montante cobrado na operação anterior pelo Estado do Mato Grosso do Sul.
- b) Na devolução de mercadoria, em virtude de troca, por pessoa natural, o contribuinte pode creditar-se do ICMS.
- c) Quando não realizado no período em que se verificar a entrada das mercadorias ou dos bens, o registro do ICMS a eles relativo é vedado.
- d) Não gera direito de crédito para o sujeito passivo o valor do ICMS anteriormente cobrado em operação de que tenha resultado a entrada de mercadoria destinada ao seu próprio consumo.
- e) Em qualquer situação, o remetente da mercadoria pode se creditar do ICMS cobrado em prestações de serviços de transporte.

58- Entre as proposições abaixo, indique a que não corresponde à obrigatoriedade do sujeito passivo de efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado.

- a) Relativo a mercadoria ou bem entrado no estabelecimento e que passe a integrar seu ativo fixo.
- b) Relativo a mercadoria entrada no estabelecimento que seja objeto de remessa efetivada por contribuinte com inscrição cancelada.
- c) Relativo a mercadoria entrada no estabelecimento que vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- d) Relativo a mercadoria entrada no estabelecimento que seja objeto de roubo.
- e) Relativo a mercadoria entrada no estabelecimento que for consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante esteja isenta do ICMS.

59- Entre as situações a seguir, assinale a que, por si só, não justifica apreensão.

- a) Mercadorias que estejam sendo transportadas sem as vias dos documentos fiscais que regularmente devem acompanhá-las.
- b) Documentação fiscal se houver suspeita de fraude na operação que ela acoberta.
- c) Documentação fiscal se verificada duplicidade de numeração.
- d) Mercadorias transportadas por empresa transportadora estabelecida no Estado do Mato Grosso do Sul, sem a prova do efetivo pagamento do frete.
- e) Mercadoria encontrada em local diverso do indicado nos documentos fiscais.

60- O sujeito passivo XYZ, não tendo pago o ICMS por ele apurado no prazo previsto na legislação, teve o respectivo valor transcrito em Termo de Transcrição de Débito (TTD), tendo tomado ciência do ato da transcrição em 4 de maio de 2001, sexta-feira. Considerando a situação descrita, e sabendo-se que não ocorreu nenhum erro de cálculo ou de apuração do ICMS transcrito, assinale a afirmativa correta.

- a) Se não pago até o dia 28 de maio, o débito deve ser inscrito na Dívida Ativa.
- b) Se não pago até o dia 28 de maio, deverá ser lavrado auto de infração para constituir o crédito mediante lançamento e dar exigibilidade ao crédito.
- c) Se não pago até o dia 24 de maio, o débito deve ser inscrito na Dívida Ativa.
- d) Se não pago até o dia 24 de maio, deverá ser lavrado auto de infração para constituir o crédito mediante lançamento e dar exigibilidade ao crédito.
- e) O sujeito passivo tem trinta dias para pagar o débito transcrito, sob pena de ser inscrito como devedor remisso.

61- Considerando as afirmações de I a IV, assinale a opção que contém todas as afirmações corretas.

I- Os débitos de ICMS podem ser parcelados nos termos previstos na legislação.

II- Constitui forma especial de extinção do crédito tributário decorrente do ICMS a compensação, autorizada mediante despacho fundamentado do Secretário de Estado de Finanças, Orçamento e Planejamento com créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual.

III- A concessão de anistia depende de autorização decorrente de Convênios firmados nos termos do disposto no art. 155, XII, g, da Constituição Federal de 1988, o que, todavia, é dispensável para a concessão de moratória.

IV- É possível, atendidas as condições previstas na legislação, a extinção de créditos originados do ICMS, inscritos em Dívida Ativa, mediante dação em pagamento de imóveis ao patrimônio estadual.

- a) I, II e III
- b) I, II e IV
- c) II e III
- d) I e III
- e) III e IV

62- No dia 20 de janeiro de 2001 o sujeito passivo ABC Ltda. tomou ciência de termo de início de fiscalização, pelo qual fora intimado a, no prazo de 20 dias, apresentar os livros de registro de entradas e de saídas de mercadorias. No dia 22 de janeiro a pessoa jurídica protocolizou na repartição fiscal de seu domicílio petição em que denunciava estar com a escrituração atrasada e solicitava o prazo de 30 dias para regularizá-la. Nesse caso:

- a) Nenhuma penalidade será cominada ao contribuinte, uma vez que antes do prazo dado para apresentação dos livros ele denunciou espontaneamente a infração.
- b) O contribuinte só não estará sujeito à penalidade se regularizar a escrituração dentro do prazo para isso estipulado pela autoridade.
- c) O sujeito passivo não se sujeita a qualquer penalidade, eis que se trata apenas de mora no cumprimento de obrigação acessória.
- d) O sujeito passivo se sujeitará a multa se o valor das operações não registradas relativas às entradas for inferior ao valor das operações de saídas não registradas.

e) A iniciativa do sujeito passivo no sentido de denunciar a infração não produz qualquer efeito em relação à aplicação da penalidade.

63- Entre as opções abaixo, assinale a que não está prevista como forma de destinação de mercadorias apreendidas consideradas abandonadas.

- a) Venda em leilão.
- b) Doação a entidades beneficentes.
- c) Incorporação ao patrimônio de órgão público estadual.
- d) Venda mediante oferta por carta-convite a pelo menos três interessados.
- e) Doação para incorporação ao patrimônio de órgão público federal.

64- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () Durante a tramitação do processo administrativo fiscal, a garantia da execução do crédito tributário mediante depósito administrativo do valor do crédito impugnado constitui faculdade do contribuinte.
- () Tendo sido efetuado o depósito administrativo correspondente ao montante integral do valor impugnado e respectivos acréscimos, na hipótese de decisão definitiva favorável à Fazenda Pública, o valor depositado é convertido em renda ordinária, cobrando-se apenas do sujeito passivo os juros de mora incidentes pelo período transcorrido entre a data da efetivação do depósito e a data da conversão.
- () É vedado estabelecer hipótese de obrigatoriedade de depósito prévio como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação.

- a) F, F, F
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) V, F, V
- e) F, V, V

65- A empresa Billings Arrendamento Mercantil, estabelecida no Mato Grosso do Sul, adquiriu duas máquinas produzidas em São Paulo, por R\$ 10.000,00 a máquina A e R\$ 12.000,00 a máquina B, para arrendá-las pelo prazo de 3 anos à empresa Centro-Oeste Industrial Ltda., também estabelecida no Mato Grosso do Sul. O valor previsto para opção de compra pela arrendatária, constante do contrato, é de R\$ 8.000,00 para a máquina A e R\$ 11.000,00 para a máquina B. Ao final do prazo de arrendamento, a arrendatária exerceu a opção de compra para a máquina B e devolveu a máquina A.

Considerando as operações descritas, assinale a opção correta.

- a) Na saída das máquinas da empresa Billings para a empresa Centro-Oeste Industrial Ltda. incide ICMS, cujo valor é de R\$ 3.740,00.
- b) No retorno da máquina A para a arrendadora Billings incide o ICMS sobre o valor residual de R\$ 7.000,00 (R\$10.000,00 menos depreciação de 10% ao ano).
- c) Na venda da máquina B à arrendatária incide ICMS, cujo valor é de R\$ 1.870,00.
- d) Na venda da máquina B à arrendatária incide ICMS, cujo valor é de R\$ 374,00.
- e) Em nenhuma das operações (quer de saída das máquinas da arrendadora para a arrendatária, quer do retorno para a arrendadora, quer pelo exercício da opção de compra) incide ICMS, por se tratar de operações especiais sujeitas ao controle do Banco Central.

66- Entre as opções abaixo, assinale a que não corresponde a momento em que incide o ICMS, no caso de operações realizadas por empresa de construção civil.

- a) Desembaraço aduaneiro de bem importado do exterior.
- b) Saída de resíduos decorrentes da obra executada, destinados a terceiros.
- c) Saída de material de fabricação própria, industrializado no seu estabelecimento.
- d) Saída, para o estoque da própria empresa, de materiais decorrentes de demolição.
- e) Utilização, pela empresa, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do ICMS.

67- Assinale, entre as opções abaixo, a que não é alcançada pela incidência do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos.

- a) permuta de bens imóveis
- b) sucessão testamentária
- c) instituição de usufruto por ato não oneroso
- d) doação em adiantamento de legítima
- e) desigualdade de valores da partilha decorrente de divórcio

68- Considerando que a sigla ITCD significa Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos, entre as proposições abaixo, indique a verdadeira.

- a) O ITCD relativo à transmissão *causa mortis* de imóveis situados em Minas Gerais, a herdeiros legítimos residentes no Mato Grosso do Sul, decorrente de falecimento de pessoa que também residia no Mato Grosso do Sul, é devido no Mato Grosso do Sul.
- b) O ITCD só incide sobre doações em que haja aceitação expressa do donatário.
- c) Ocorrendo o falecimento de pessoa que tenha vários herdeiros, mas um único bem indivisível a partilhar, ocorre apenas um fato gerador do ITCD.
- d) Os cartórios de registros de títulos e documentos respondem solidariamente pelo recolhimento do ITCD, por qualquer irregularidade cometida.

e) O contribuinte que não concordar com a avaliação dos bens, para efeito de ITCD, poderá apresentar reclamação ao órgão competente no prazo de 30 dias.

69- Assinale, entre as opções abaixo, a que corresponde a operação isenta do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos.

a) Transmissão *causa mortis*, aos herdeiros, de imóvel rural de área igual ao módulo da região, sendo este o único bem imóvel a ser partilhado.

b) Transmissão *causa mortis* aos herdeiros, de imóvel residencial urbano utilizado como residência dos herdeiros, sendo este o único bem imóvel a ser partilhado.

c) Transmissão *causa mortis* de bens e direitos cujos valores não ultrapassem o valor equivalente a 780 UFERMS.

d) Transmissão *causa mortis*, a legatário, de imóvel rural de área igual ao módulo da região.

e) doação de bens de valor equivalente a 800 UFERMS.

70- Considerando que a sigla ITCD significa Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

() Na transmissão por sucessão legítima processada mediante inventário, a base de cálculo do ITCD é o valor dos bens ou direitos fixados por avaliação judicial.

() Na instituição de usufruto por ato não oneroso, a base de cálculo do ITCD corresponde a 2/3 do valor do imóvel, apurado mediante avaliação administrativa.

() Na doação, a base de cálculo do ITCD é o valor venal dos bens ou direitos apurados por avaliação administrativa e/ou estimativa fiscal.

() Na transmissão por sucessão legítima processada sob o rito do arrolamento, a base de cálculo do ITCD é o valor dos bens ou direitos, fixados por avaliação administrativa.

a) V, V, F, V

b) V, F, V, V

c) V, F, F, V

d) V, V, V, F

e) V, V, F, F

71- Assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

() Em se tratando de veículo novo, ocorre a incidência do IPVA na data da aquisição por consumidor final.

() O IPVA incide sobre a propriedade de barco veleiro.

() Em se tratando de aeronave automotora, o IPVA só incide se a mesma estiver sujeita a registro no Departamento de Aeronave Civil-DAC.

() Em se tratando de aeronave tributada pelo IPVA, o imposto é devido ao Estado do Mato Grosso do Sul, no Município do aeródromo da matrícula da aeronave.

a) V, V, F, V

b) F, V, F, F

c) V, F, F, V

d) V, V, V, F

e) V, V, F, F

72- Entre as proposições abaixo, assinale a única falsa.

a) A base de cálculo do IPVA de veículo novo é sempre o valor de aquisição que constar na nota fiscal.

b) Em caso de veículo abandonado ou apreendido, sem a identificação da origem, encontrado no Estado do Mato Grosso do Sul, o IPVA é devido no Município da apuração do evento.

c) No caso de aquisição de veículo automotor novo, por consumidor final, o IPVA deve ser pago em até trinta dias contados da data do evento.

d) Em caso de veículo usado, a tabela específica que estabelece o valor venal para fins de base de cálculo do IPVA deve ser publicada até o dia vinte do mês de dezembro do exercício anterior.

e) A tabela específica que estabelece o valor venal para fins de base de cálculo do IPVA pode ser alterada a qualquer tempo para a inclusão e exclusão de veículos.

- 73- Assinale, entre as opções abaixo, a que não corresponde a veículo isento de IPVA.
- triciclo de uso individual, destinado a deficiente físico
 - trator agrícola
 - locomotiva ferroviária
 - embarcação de pesca esportiva
 - aeronave destinada exclusivamente a socorro de feridos e doentes
- 74- Relacione as opções da primeira série abaixo, indicadas com algarismos romanos, com as da segunda série, indicadas com letras do alfabeto e, a seguir, marque a opção que contém todas as combinações corretas.
- Arrendatário de veículo em caso de arrendamento mercantil.
 - Adquirente de veículo, em relação aos débitos do anterior proprietário.
 - Servidor que realize a matrícula, inscrição ou registro de veículo automotor sem a prova do pagamento ou do reconhecimento da imunidade ou isenção do IPVA.
 - Responsável subsidiário pelo pagamento do IPVA e acréscimos devidos.
 - Responsável pessoal pelo pagamento do IPVA e acréscimos devidos.
 - Sujeito passivo por substituição tributária.
 - Contribuinte do IPVA.
 - Responsável solidário pelo pagamento do IPVA e acréscimos devidos.
- I-y, II-v, III-z
 - I-x, II-w, III-z
 - I-z, II-w, III-x
 - I-w, II-y, III-v
 - I-v, II-w, III-x
- 75- O valor anual do IPVA de determinado veículo novo é R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Considerando que o veículo referido foi adquirido em 15 de abril e em 03 de julho do mesmo ano foi totalmente destruído por incêndio, assinale, a seguir, a assertiva correta.
- O valor do IPVA cobrado no exercício deve ser de R\$ 400,00.
 - O valor do IPVA cobrado no exercício deve ser de R\$ 300,00.
 - O IPVA pago até junho deve ser restituído, tendo em vista a perda total do veículo ocorrida em julho.
 - O valor do IPVA cobrado no exercício deve ser R\$ 1.200,00, pagáveis até 15 de maio, mas o contribuinte terá direito à restituição de R\$ 600,00 em razão da perda total do veículo.
 - O valor do IPVA cobrado deve ser de R\$ 900,00.
- 76- Assinale a opção que, completando a proposição abaixo, não configura uma afirmativa absolutamente correta.
- São isentos da Taxa de Serviços Estaduais os atos e documentos relativos:
- aos interesses dos partidos políticos.
 - a pedidos de alvarás para levantamento de salários e proventos de aposentadoria.
 - à inscrição de candidatos em concursos públicos.
 - à vida funcional de servidores do Estado.
 - às finalidades escolares.
- 77- Não estão isentas da Taxa Judiciária as:
- ações de alimentos
 - desapropriações
 - liquidações de sentenças
 - ações de usucapião
 - habilitações para casamento

78- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () A Taxa Judiciária não incide nas reclamações trabalhistas propostas perante os juízes estaduais.
- () O valor mínimo da Taxa Judiciária é de uma UFERMS.
- () No caso de inventários, arrolamentos e separações judiciais, a Taxa Judiciária deve ser paga ao final, juntamente com a conta de custas.
- () Em caso de propositura de ação de despejo, contribuinte da Taxa Judiciária é a pessoa física ou jurídica que propuser a ação.

- a) F, F, V, V
- b) V, V, V, V
- c) V, F, V, F
- d) V, V, F, F
- e) F, V, F, V

79- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () A Contribuição de Melhoria é devida sempre que o Estado realizar obra pública.
- () O contribuinte pode pagar o débito referente à Contribuição de Melhoria com apólices da dívida pública emitidas especialmente para o financiamento da obra, pelo valor nominal.
- () O lançamento da Contribuição de Melhoria sobre determinados imóveis deve ser realizado quando já executada a obra em sua totalidade ou em parte suficiente para justificar a exigência.

- a) F, V, V
- b) F, F, F
- c) F, F, V
- d) V, V, V
- e) V, V, F

80- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () A apresentação de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária impede o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de fatos relacionados com a matéria consultada, perdurando o impedimento até o término do prazo fixado na resposta.
- () A observância, pelo consultante, da resposta dada à consulta, enquanto prevalecer o entendimento nela consubstanciado, exime-o de qualquer penalidade e exonera-o do pagamento do tributo considerado não devido.
- () A orientação dada pelo órgão competente, em resposta a consulta formulada pelo contribuinte, somente pode ser modificada por ato normativo do Superintendente de Administração Tributária da Secretaria de Estado, de Finanças, Orçamento e Planejamento.

- a) F, V, V
- b) V, F, F
- c) V, F, V
- d) V, V, V
- e) V, V, F





Escola de Administração
Fazendária

Concurso Público
Agente Tributário Estadual - ATE - MS
Prova a.2
Conhecimentos Específicos

2
0
0
1

INSTRUÇÕES

Nome: _____

- 1 - Escreva seu nome, de forma legível, no local indicado.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado e datado, no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DAS PROVAS: 5 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 80**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular, etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12- Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 20	2
Direito Tributário	21 a 50	3
Legislação Tributária Estadual	51 a 80	3

Boa Prova